

ATA NÚMERO 258/XII/4.ª SL

09.julho.2015 – 14h30

Aos 09 dias do mês de julho de 2015, pelas 14:30 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 1, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação de atas

3. Comunicações do Presidente

4. Petição n.º 521/XII/4ª da iniciativa do Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades – SPLIU, Solicitam a criação de um regime especial de aposentação para os educadores de infância e professores dos ensinos básico e secundário - 14h30

- **Audição dos peticionários**
- **Deputada Relatora: Maria da Conceição Caldeira – PSD**

5. Petição n.º 530/XII/4ª da iniciativa da FENPROF - Moralizar a utilização de dinheiros públicos. Pôr fim aos privilégios do ensino privado. Em defesa da escola pública de qualidade – Região da Grande Lisboa e Vale do Tejo.

- **Audição dos peticionários**
- **Deputado relator: Pedro Delgado Alves – PS**

6. Petição n.º 531/XII/4ª da iniciativa da FENPROF - Moralizar a utilização de dinheiros públicos. Pôr fim aos privilégios do ensino privado. Em defesa da escola pública de qualidade – Região do Alentejo.

- **Audição dos peticionários**
- **Deputado relator: Duarte Marques - PSD**

7. Petição n.º 501XII/4ª da iniciativa de Ana Maria Afonso de Oliveira – Pela eleição dos representantes dos pais no Agrupamento de Escolas de Monção

- **Discussão e votação do relatório final**
- **Deputado Relator: Michael Seufert – CDS-PP**

8. Petição n.º 541/XII/4ª da iniciativa da FENPROF – Pelo direito à estabilidade de emprego dos docentes e investigadores do ensino superior

- **Apreciação da nota de admissibilidade**
- **Deputado (a) relator (a) – PSD**

9. Projeto de Resolução n.º 1531/XII/4ª (PSD e CDS-PP) Instituição do Dia Nacional do Folclore Português

- **Discussão**

10. Projeto de Resolução n.º 1565/XII/4ª (PCP) Valorização e reconhecimento efetivo do papel da rede de Ensino Superior Público em Portugal

- Discussão

11. Outros assuntos

12. Data da próxima reunião

14 de julho de 2015

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

O PSD e o CDS-PP pediram o adiamento da discussão do Projeto de Resolução n.º 1531/XII/4.ª (ponto 9), enquanto o PCP pediu o do Projeto de Resolução n.º 1565/XII/4.ª (ponto 10).

Com estas alterações, a Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

2. Aprovação de atas

As atas n.ºs 256 e 257, correspondentes às reuniões de 30 de junho e 3 de julho de 2015, foram aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência dos Deputados do BE e do PEV.

3. Comunicações do Presidente

3.1. O Presidente transmitiu a informação recebida do Grupo Parlamentar do PSD de que a Deputada Ester Vargas (suplente) era substituída na Comissão pelo Deputado Joaquim António Ferreira Seixas (Suplente).

3.2. Baixa de Projetos de Resolução

Informou depois que tinham baixado à Comissão os Projetos de Resolução abaixo referidos e que o PCP tinha pedido a sua discussão na Comissão, pelo que iria ser agendada para a reunião seguinte:

Projeto de Resolução	1575/XII	4	Recomenda ao Governo a realização de concursos de apoio à produção literária e apoio às artes e a publicação dos resultados dos últimos concursos	PCP
Projeto de Resolução	1572/XII	4	Assegura aos jovens um regime especial de acesso a atividades e equipamentos culturais públicos	PCP

3.3. Lembrou depois o pedido da Federação Académica do Porto de pronunciamento e participação de Deputados da Comissão - um Deputado por Grupo Parlamentar - numa iniciativa sobre a Moção Global 2015 – “Refletir o presente e ousar o futuro: por um ensino superior de excelência”, a realizar na Universidade do Porto ou no Instituto Politécnico do Porto, em data a acordar, propondo-se as semanas de 13 a 17 de julho,



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

20 a 24 de julho ou 27 a 31 de julho e solicitou aos Grupos Parlamentares que indicassem o respetivo Deputado que participaria.

3.4. Relatórios de audiência e audições

Foram apreciados os relatórios das audiências/audições/visitas abaixo, não se tendo registado quaisquer observações sobre os mesmos:

- Relatório da audiência à Associação 8 Séculos de Língua Portuguesa
- Relatório da audiência do GT/Indisciplina em Meio Escolar à Pró-Inclusão
- Relatório da audiência do GT| Desporto à Federação Portuguesa de Natação
- Relatório da audiência ao Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Norte e Comissão de Trabalhadores da Movijovem
- Relatório da audiência ao Dr. Augusto Henriques – Representante da Osteopatia na Comissão Interministerial e no Conselho Consultivo nomeado pelo Despacho n.º 12337/2014
- Relatório da audiência dos petiçãoários da petição 501/XII, Eleição dos representantes dos pais no Agrupamento de Escolas de Monção
- Relatório das audições das unidades de investigação CIUHCT e CICECO – GT Ciência
- Relatório das audições das unidades de investigação CeIED e GIRM – GT Ciência
- Relatório da visita ao CEFITEC – GT Ciência
- Relatório da audiência da Contemporaneus, associação para a promoção da arte contemporânea
- Relatório da audiência da petiçãoária da Petição n.º 515/XII

3.5. O Presidente deu conhecimento de que a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública/COFAP, recebia em audiência na terça-feira, 14 de julho, pelas 12h30, o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, no âmbito da apreciação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 329/XII/4.ª \(GOV\)](#) que Aprova a Lei de Enquadramento Orçamental.

3.6. Referenciou ainda o pedido do partido PAN – Pessoas, Animais e Natureza – de informações sobre a regulamentação de Lei n.º 71/2013, de 2 de setembro, relativa ao exercício profissional das atividades de aplicação das terapêuticas não convencionais, que tinha sido despachado pela PAR para as Comissões de Saúde e Educação, “para que os Senhores Deputados, possam, querendo, solicitar informações aos Ministérios respetivos”.

Acrescentou que o PAN tinha indicado que tinham sido publicadas 5 Portarias que regulavam os ciclos de estudos para atribuição do grau de licenciado nas áreas correspondentes, mas que ainda faltava a publicação de 3 Portarias (respeitantes à Medicina Chinesa, Homeopatia, bem como a que iria regulamentar quais as características que as atuais terapias não convencionais deviam conter para que fossem consideradas escolas superiores e que portanto o curso fosse reconhecido pelo Ministério da Educação).

3.7. O Presidente informou que o Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades – SPLIU, petiçãoários da Petição 521XII, tinha remetido entretanto uma lista de novos subscritores, pelo que o número final subia de 1.109 (número inicial) para 5.793, o que exigia que a petição fosse discutida no Plenário.

- 3.8. Por último, o Deputado Acácio Pinto (PS) solicitou informações sobre o agendamento da audição do Secretário de Estado da Cultura, por requerimento potestativo do PS, tendo o Presidente da Comissão prestado informação sobre as diligências desenvolvidas e a impossibilidade de comparência daquele membro do Governo.

Intervieram no debate seguinte os Deputados Diana Ferreira (PCP), Inês de Medeiros (PS), Michael Seufert (CDS-PP), Amadeu Albergaria (PSD) e Gabriela Canavilhas (PS), tendo-se consensualizado solicitar à PAR que informasse se a audição requerida potestativamente em 1 de julho ainda se poderia realizar, depois da discussão do Estado da Nação, que tinha decorrido no dia 8 de julho.

4. **Petição n.º 521/XII/4.ª, da iniciativa do Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades – SPLIU, Solicitam a criação de um regime especial de aposentação para os educadores de infância e professores dos ensinos básico e secundário - 14h30**

A delegação dos peticionários era constituída pelos Drs. Manuel Fonseca Monteiro e Daniel Melo Rosa e pelo Mestre Manuel Rolo Gonçalves, membros da direção nacional do Sindicato.

Os peticionários indicaram que solicitavam um regime especial de pré-aposentação e aposentação, tendo apresentado para o efeito os seguintes fundamentos:

1. A profissão docente envolve um desgaste rápido, devendo ser reconhecida como de regime especial;
2. O desgaste verifica-se a nível físico, psicológico e emocional e, em contrapartida, a idade da aposentação é cada vez mais alta;
3. Toda a classe docente é afetada por um elevado nível de stress e pressão diária, o que prejudica um ensino de qualidade;
4. Os docentes têm muitas turmas, alunos com falta de valores, baixos salários e muitas tarefas administrativas;
5. Começa a verificar-se uma elevada taxa de baixas na profissão e a equacionar-se a hipótese de os professores começarem a morrer quando ainda estão em funções, ou seja, antes de se aposentarem.

Para ilustrarem a situação juntaram ainda um dossiê com artigos de jornais e estudos, nomeadamente académicos, que caracterizam a profissão como de desgaste rápido. Indicaram ainda que a proposta do Sindicato resultava de um estudo feito pelo mesmo durante alguns meses.

Sintetizaram depois a respetiva proposta:

1. Pré-aposentação para os docentes de todos os níveis de ensino com 55 anos de idade, implicando dispensa de serviço letivo (realçaram que um professor do 1.º ciclo, a partir de certa idade está quase incapacitado de lecionar até aos 66 anos de idade);
2. Aposentação com 36 anos de serviço, independentemente da idade, mantendo-se os descontos para a Segurança Social até aos 66 anos de idade.

Interveio de seguida o Deputado Agostinho Santa (PS) referindo que a petição não seria concluída na legislatura em curso, transitando para a seguinte. Realçou depois que aquilo que estava a ser solicitado era que a carreira fosse considerada de desgaste rápido, com base no stress e na pressão associada.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Referiu que as alterações ao Estatuto da Carreira Docente, nos termos da proposta do Sindicato, poderiam ser equacionadas através de uma iniciativa de cidadãos, se tivessem mais de 35.000 subscritores e reiterou que a nova legislatura equacionaria a matéria.

O Deputado Michael Seufert (CDS-PP) realçou o esforço que vinha sendo desenvolvido de convergência dos regimes de aposentação e indicou que várias carreiras se consideravam de desgaste rápido. Referiu ainda que à 1.^a vista lhe parecia aceitável o regime de pré-aposentação e perguntou qual era o alcance do regime de manutenção dos descontos dos aposentados até aos 66 anos de idade. Por último, realçou que um regime de aposentação que penalizasse a Segurança Social seria um assunto muito sério.

A Deputada Diana Ferreira (PCP) informou que o PCP acompanhava as preocupações e as pretensões dos petionários, entendendo que os docentes tinham sido alvo de uma desvalorização, fruto das políticas seguidas, que geravam mais desgaste dos professores, em consequência de um horário de trabalho mais alargado, turmas maiores, turmas com mais de um ano no 1.^o ciclo, etc.

O Deputado José Soeiro (BE) referiu que o desgaste da profissão docente tinha uma relação direta com as condições do exercício de funções, a composição das turmas, etc, tendo considerado que havia cada vez mais sobrecarga de deveres e limitações de direitos.

Realçou que a proposta da petição era um contributo útil, mas com uma eficácia reduzida na legislatura em curso, tendo manifestado disponibilidade do BE para apresentação futura de iniciativas legislativas sobre a matéria.

A Deputada Isilda Aguincha (PSD, em substituição da relatora, Deputada Maria da Conceição Caldeira, que não tinha podido estar presente na audição) referiu que a situação era bem percebida, por haver muitos Deputados que eram docentes, tendo referido o seu exemplo, que só era Deputada na legislatura em curso, sendo anteriormente docente. Realçou que conhecia e tinha acompanhado as dificuldades cada vez maiores da profissão e em contrapartida salientou o processo de convergência entre o regime de aposentação do setor público e do privado.

Por último, referiu que percebia a proposta, mas que a mesma não seria equacionada na legislatura em curso, mas teria continuidade a partir de outubro.

Em resposta às questões colocadas e às observações feitas, os petionários manifestaram o seu respeito pelas contas da Segurança Social e esclareceram a razão da manutenção de descontos para a mesma até aos 66 anos de idade.

Defenderam depois que as escolas eram organizações muito complexas, pressionantes até para o sistema educativo e para o sucesso educativo, tendo dado como exemplo a pressão das notas e a muita indisciplina e violência escolares. Realçaram ainda a existência de um sistema desadequado de colocação de docentes, que implicava grandes deslocações e o stress inerente.

Enfatizaram depois as preocupações com a sustentabilidade do sistema e defenderam a diferenciação baseada nas condições da profissão, cada vez mais desvalorizada. Manifestaram ainda que gostariam de conhecer a evolução do número de baixas a partir dos 36 anos de serviço, com os custos inerentes e pediram a substituição desses professores por novos.

Registaram depois o apoio dos Deputados do PCP e do BE e pediram aos restantes que equacionassem a matéria na legislatura seguinte. Reiteraram o facto de os docentes estarem a entrar em estado depressivo, defendendo que o regime especial de aposentação melhoraria a sanidade da classe docente.

A documentação da audição, incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível na [página internet da Comissão](#).



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

5. [Petição n.º 530/XII/4.ª](#), da iniciativa da FENPROF - Moralizar a utilização de dinheiros públicos. Pôr fim aos privilégios do ensino privado. Em defesa da escola pública de qualidade – Região da Grande Lisboa e Vale do Tejo.

A delegação dos peticionários era constituída pelos Profs. António Avelãs e Manuel Micaelo.

A audição foi realizada conjuntamente com a dos subscritores da Petição n.º 531/XII (ponto 6), pelo que as intervenções constam abaixo.

A documentação da audição, incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível na [página internet da Comissão](#).

6. [Petição n.º 531/XII/4.ª](#), da iniciativa da FENPROF - Moralizar a utilização de dinheiros públicos. Pôr fim aos privilégios do ensino privado. Em defesa da escola pública de qualidade – Região do Alentejo.

A delegação dos peticionários era constituída pelos Profs. Manuel Nobre e Joaquim Ramalho.

Os subscritores da Petição n.º 531/XII fizeram uma breve síntese dos problemas que evidenciavam, referindo o seguinte:

1. O fecho de serviços públicos nas zonas interiores leva à sua desertificação;
2. A redução dos docentes e escolas é muito superior à redução de alunos;
3. O ensino superior tem subfinanciamento e quebra de alunos, registando o Instituto Politécnico de Beja uma redução de 25% no seu financiamento;
4. Os alunos com necessidades educativas são cada vez em maior número por turma e exigindo mais deslocações.

Os subscritores da Petição n.º 530/XII referiram o seguinte:

1. As escolas privadas no passado supriam faltas da rede pública, mas não foram suprimidas com o alargamento desta, tendo dado como exemplo as Caldas da Rainha, em que a rede pública respondia globalmente e as escolas privadas, do grupo de ensino GPS (Gestão e Participações Sociais), não eram necessárias;
2. Pelo que se verificavam gastos públicos desnecessários;
3. Em alternativa, havia necessidade de oferta pré-escolar e de educação de adultos, nomeadamente, na educação ao longo da vida.

Interviu depois a Deputada Isilda Aguincha (PSD, que no caso da Petição n.º 531 substituiu ainda o relator, Deputado Duarte Marques, por impossibilidade de presença do mesmo), referindo que a questão das petições não era nova, dado que havia petições de todos os distritos com a mesma carga ideológica, mais as especificidades dos respetivos distritos.

Em relação à Petição n.º 531 referiu que se indicava que o ensino superior do interior era penalizado pela desertificação, mas o Governo estava a desenvolver iniciativas para levar os alunos a zonas com baixa densidade populacional, realçando ainda o Programa Retomar. Indicou também que tinha sido possível aumentar as bolsas de ação social e pagá-las a tempo.

Contrapôs ainda a importância de também se falar de coisas boas, de iniciativas do Governo atual que procuravam obviar à desertificação. Por último, considerou que não fazia sentido ter uma escola a funcionar com um número reduzido de alunos, que não permitisse o seu desenvolvimento adequado.

No que respeita à Petição n.º 530, realçou que o Governo tinha vindo a reduzir as verbas com os contratos de associação e pela 1.ª vez estava a ser realizado um concurso público para a



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

respetiva contratação e tinha sido disponibilizada a informação pertinente. Referiu ainda que o PSD tinha apresentado uma iniciativa que originou o alargamento da educação pré-escolar a partir dos 4 anos, com a hipótese de a estender às crianças a partir dos 3 anos. Assim, pediu à FENPROF que também reconhecesse as iniciativas que tinham sido desenvolvidas pelo Governo.

A Deputada Diana Ferreira (PCP) salientou a importância das petições para darem conhecimento das situações e realçou que o Estado tinha a responsabilidade de criar uma rede pública para responder às necessidades.

Em relação ao Alentejo, referiu que Beja aguardava a conclusão do seu itinerário principal há muitos anos, o Politécnico de Beja tinha uma redução de financiamento e se verificava o fecho de escolas e o desmantelamento da escola pública.

Questionou depois se o Programa Retomar, com um apoio de 1.200€/ano por aluno, incentivaria os alunos a estudarem. Defendeu ainda que se verificava um ataque à escola pública e informou que o PCP continuaria a apresentar propostas de defesa da mesma.

O Deputado José Soeiro (BE) manifestou apoio e solidariedade em relação às iniciativas e qualificou as escolas como equipamentos fundamentais da sociedade e os Institutos Politécnicos como polos imprescindíveis para a massa crítica, bem como a fixação de pessoas.

Referiu ainda várias iniciativas do Parlamento sobre a educação especial e realçou que se verificava um privilégio do ensino privado, ao mesmo tempo que se degradavam as condições da escola pública.

O Deputado Acácio Pinto (PS) referiu que a matéria já era conhecida e salientou que o PS entendia que se verificava atualmente um ataque ideológico à escola pública, tendo o Governo desvalorizado o combate ao insucesso escolar (que tinha aumentado no 1.º e no 2.º ciclo), verificando-se uma diminuição da escola a tempo inteiro, havendo uma baixa resposta aos alunos com necessidades educativas especiais e um aumento do número de alunos por turma, que as iniciativas do PS não tinham conseguido contrariar.

Defendeu depois que o Estado só devia conceder apoio às escolas privadas se as escolas públicas não dessem resposta suficiente. Referiu ainda que 63% dos adultos não concluíram o ensino secundário e não obstante isso o Governo tinha abandonado o ensino recorrente e de 2.ª oportunidade.

Por último, referiu os problemas da colocação de professores no ano anterior e o atraso no início do ano letivo de 2015-2016, considerando ainda que a escola era cada vez mais elitista.

Na sequência das questões colocadas e das observações feitas, os peticionários da Petição n.º 531 referiram que se vinha reduzindo o número de alunos do ensino superior, não obstante as medidas tomadas, que estavam a ser encerradas escolas do 1.º ciclo com 20 alunos e que havia turmas enormes só com 1 professor.

Realçou ainda que se verificavam cortes muito grandes no ensino público e pequenos no ensino privado e que o concurso para os contratos de associação levaria a gastos de mais 30.000.000€ do que se fosse utilizada a escola pública. Por último, realçou que a “municipalização” da educação originaria que houvesse um sistema de ensino diferente nos 308 municípios.

Os peticionários da Petição n.º 530 realçaram a importância da disponibilização da informação sobre os contratos de associação, mas contrapuseram que não se exigia que não houvesse resposta da escola pública, realçando a concorrência desleal da escola privada em relação à escola pública, sendo que esta tinha menos meios.

Salientaram que da Resolução do Conselho de Ministros sobre os contratos de associação decorria que os acordos visavam integrar as escolas privadas em condições iguais às das escolas públicas, quando as condições de ambas eram diferentes, defendendo que as escolas privadas deveriam ser supletivas em relação às públicas. Realçaram ainda que na referida Resolução se previa que os contratos de associação tivessem efeitos até 2020, o que limitava o próximo Governo.

Por último, enfatizaram que se falava em contenção de despesa e que havia limitações para a escola pública, tendo considerado que era imoral continuar com gastos nas escolas privadas, quando as mesmas não eram necessárias, atenta a resposta das escolas públicas.

A documentação da audição, incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível na [página internet da Comissão](#).

7. Petição n.º 501XII/4ª da iniciativa de Ana Maria Afonso de Oliveira – Pela eleição dos representantes dos pais no Agrupamento de Escolas de Monção

O relatório final da petição foi apresentado pelo relator, Deputado Michael Seufert (CDS-PP).

O Presidente da Comissão, Deputado Abel Baptista (CDS-PP) fez depois uma declaração de interesses, referindo que tinha sido referenciado na audição dos peticionários e que não participaria na votação do relatório.

O relatório foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, do PS, do CDS-PP (Deputado Michael Seufert) e do PCP.

8. Petição n.º 541/XII/4ª da iniciativa da FENPROF – Pelo direito à estabilidade de emprego dos docentes e investigadores do ensino superior

A petição foi admitida, na sequência da apreciação da nota de admissibilidade. A audição dos peticionários foi marcada para a reunião do dia 21, tendo a Coordenadora do PSD informado que indicaria entretanto o Deputado relator da petição.

9. Projeto de Resolução n.º 1531/XII/4ª (PSD e CDS-PP) Instituição do Dia Nacional do Folclore Português

- Foi adiada a discussão do Projeto de Resolução.

10. Projeto de Resolução n.º 1565/XII/4ª (PCP) Valorização e reconhecimento efetivo do papel da rede de Ensino Superior Público em Portugal

- Foi adiada a discussão do Projeto de Resolução.

11. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

12. Data da próxima reunião

14 de julho de 2015, 15h



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

A reunião foi encerrada às 17:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 09 de julho de 2015

O PRESIDENTE

(Abel Baptista)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista
Acácio Pinto
Amadeu Soares Albergaria
Carlos Enes
Duarte Marques
Inês de Medeiros
Isilda Aguincha
João Prata
Luís Fazenda
Margarida Almeida
Michael Seufert
Nilza de Sena
Odete João
Paulo Cavaleiro
Pedro Delgado Alves
Pedro Pimpão
Rita Rato
Rui Pedro Duarte
Agostinho Santa
Ana Sofia Bettencourt
Diana Ferreira
Emília Santos
José Moura Soeiro
Laurentino Dias
Maria Gabriela Canavilhas
Rosa Arezes
Sandra Pontedeira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Maria Conceição Pereira
Maria da Conceição Caldeira
Maria José Castelo Branco

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Elza Pais
Heloísa Apolónia